

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**

**Estado de Mato Grosso**

*Rua A-9, Quadra 12, Setor A*

*CGC 37.465.002/0001-66*

*CEP 78.643-000 - QUERÊNCIA - MT*

---

**LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 006/93**

**De 19 de agosto de 1993**

**CRIA CÓDIGO DE POSTURAS  
DO MUNICÍPIO DE QUERÊN-  
CIA.**

DENIR PERIN, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A utilização do espaço do Município e o bem estar público são regidos pela presente Lei, observando as normas Federais e Estaduais relativa a matéria.

**CAPÍTULO II**

**DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO**

**SEÇÃO I**

**DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 2º - O serviço de limpeza de ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente ou indiretamente pela Prefeitura bem como os serviços de coleta domiciliar.

Parágrafo Único - Os lixos putredinosos, excrementícios, detritos de construções não serão recolhidos pela municipalidade, direta ou indiretamente, cabendo a quem os produzirem levá-los a lixeira pública.

Art. 3º - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio fronteiro à sua residência.

Parágrafo Único - É proibido varrer lixo, detritos sólidos de qualquer natureza, para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 4º - É proibido fazer varreduras do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para os logradouros públicos, bem como despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou quaisquer detritos sobre esses logradouros.

Art. 5º - É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 6º - Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - consentir o escoamento das águas servidas das residências para as ruas;

II - conduzir sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

III - obstruir as vias públicas, com lixos, materiais velhos ou qualquer detritos.

Art. 7º - O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 8º - É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais determinarem.

Art. 9º - Nos casos de descarga do material que não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência em uma via pública com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 03 (três) horas e no horário estabelecido pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Nos casos previstos no Caput deste artigo os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir aos veículos a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 10 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 11 - A Prefeitura poderá impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos a via pública.

Parágrafo Único - Qualquer placa de propaganda e/ ou aviso, e/ letreiro ou similares necessitarão de autorização da municipalidade para suas instalações neste Município.

Art. 12 - É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

I - conduzir pelo passeios, volume de grande porte;

II - dirigir ou conduzir pelos passeios, veículos de qualquer espécie;

III - conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins;

IV - estacionar veículos, máquinas de qualquer natureza, fora de seu uso ou para reforma nas vias e logradouros públicos.

Parágrafo Único - Excetuam-se ao disposto no item II deste artigo, carrinhos de crianças ou paralíticos e em ruas de pequeno movimento triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 13 - Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados carretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que seja solicitada à Prefeitura a aprovação de sua localização.

§ 1º - Na localização de carretos ou palanques deverão ser observados obrigatoriamente os seguintes requisitos:

a) não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais correndo por conta dos responsáveis pela festividade os estragos por ventura verificados;

b) serem removidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento dos festejos.



Art. 14 - nas obras e demolições, não será permitido além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

## *SEÇÃO II*

### *DA HIGIENE DAS EDIFICAÇÕES*

Art. 15 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais e pátios dos prédios situados na zona urbana.

Art. 16 - As chaminés de qualquer espécie de fogão de casas particulares, de restaurante, pensões, hotéis e estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam impelir não incomodem os vizinhos.

Art. 17 - É proibido fumar em estabelecimento público fechado, onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados entre outros os seguintes locais: elevadores, transportes coletivos municipais, hospitais e escolas de 1º e 2º graus.

§ 1º - Nos locais descritos no Caput deste artigo deverão ser fixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade ao público.

§ 2º - Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

## *SEÇÃO III*

### *DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE*

Art. 18 - No interesse do controle da população do ar e da água a Prefeitura exigirá parecer técnico sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 19 - É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores de arborização pública sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura obedecidas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

§ 1º - Quando se tornar absolutamente imprescindível, e obedecido o Caput deste artigo, o órgão competente da Prefeitura poderá fazer remoção ou sacrifício de árvores a pedido de particulares mediante indenização arbitrada pelo referido órgão.

§ 2º - Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro cada remoção de árvores importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

Art. 20 - Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para a colocação de cartazes e anúncios ou fixação de cabos e fios, nem para suporte e apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 21 - Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 22 - A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou matos que limitem com a terra de outrem sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de no mínimo 10 (dez) metros de largura;

II - mandar aviso de confinante, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando o dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 23 - A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições do IBAMA, constantes do Código Florestal Brasileiro.

Art. 24 - É proibido comprometer por qualquer forma a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 25 - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos e sons excessivos.

→ Art. 26 - Os proprietários de terrenos urbanos são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Os terrenos urbanos deverão ser mantidos limpos pelos proprietários dos mesmos, caso contrário serão limpos pela Prefeitura e os custos da limpeza serão atribuídos aos impostos.

### *CAPÍTULO III DO BEM-ESTAR PÚBLICO*

#### *SEÇÃO I DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA*

##### *SUBSEÇÃO I DO LICENCIAMENTO*

Art. 27 - Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura concedida a requerimento dos interessados, e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Art. 28 - A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame do local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 29 - Para efeito de fiscalização o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 30 - Para a mudança de local do estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão da Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 31 - O exercício de comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município.

Art. 32 - É proibido ao vendedor ambulante estacionar fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura.

##### *SUBSEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO*

Art. 33 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no Município obedecerão ao seguinte horário: observando os preceitos da Legislação Federal que regula o Contrato de duração e as condições de trabalho:

a) a abertura e o fechamento entre às 07:30 e 18:30 horas, nos dias úteis;



b) nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados bem como nos feriados locais quando decretados pela autoridade competente.

§ 1º - Será permitido o trabalho em horário especial inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: impressões de jornais, laticínios, frios industriais de purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviços telefônicos, produção e distribuição de gás, serviço de escoamento, serviço de transporte coletivo, os serviços de saúde ou a outras atividades que o juízo da autoridade Federal competente seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º - A Prefeitura poderá ainda permitir o funcionamento em horário especial dos estabelecimentos que não causem incômodo a vizinhança.

Art. 34 - As farmácias deverão em caso de urgência atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

Parágrafo Único - Quando fechadas as farmácias deverão fixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

## *SEÇÃO II*

### *DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS*

Art. 35 - Para realização dos divertimentos e festejos públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

Art. 36 - Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - tanto as salas de entradas, como as salas de espetáculos serão mantidas higienicamente limpas;

II - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livres de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível a distância e luminosa de forma suave quando se apagarem as luzes da sala;

IV - os aparelhos destinados a remoção de ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V - deverão possuir bebedouros de água filtrada e em perfeito estado de funcionamento;

VI - durante o espetáculo deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.

Art. 37 - Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas que não tiverem exaustores suficientes devem decorrer lapsos de tempo entre a entrada e a saída dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 38 - Os programas anunciados serão executados integralmente não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§ 1º Em caso de modificação de programa ou horário o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§ 2º - As disposições deste artigo aplicam-se inclusive as competições esportivas para as quais se exija o pagamento da entrada.

Art. 39 - Os bilhetes de entrada não podendo ser vendidos por preços superiores aos anunciados e em número excedente à lotação de teatro, cinema, circo ou sala de espetáculos ou ainda ginásio de esportes.

Art. 40 - A armação de circos de panos ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um ano.

§ 2º - Os circos e parques de diversões embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

### *SEÇÃO III DA PROPAGANDA EM GERAL*

Art. 41 - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo ou preço respectivo.

Parágrafo Único - Incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo os anúncios que embora apostos em propriedades particulares sejam visíveis de lugares públicos.

Art. 42 - Não será permitido a colocação de anúncios ou cartazes quando:

- I - pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito e ao público;
- II - de alguma forma prejudiquem o aspecto paisagístico da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
- III - anunciando conteúdos imorais.

Art. 43 - A propaganda falada em lugares públicos por meio de ampliadores de som alto-falante e propagandista, está igualmente sujeito a prévia licença e ao pagamento do tributo ou preço respectivo.

### *SEÇÃO IV DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS*

Art. 44 - é proibido a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 45 - Os animais encontrados nas ruas, praças ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Parágrafo Único - A forma de apreensão será estabelecida em regulamento próprio.

Art. 46 - O animal recolhido em virtude de depósito nesta seção será retirado dentro do prazo máximo de 3 (três) dias, mediante ao pagamento da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo Único - Não sendo retirado o animal nesse prazo deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública precedida de necessária publicação.

Art. 47 - Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - Tratando-se de cão não registrado, será o mesmo sacrificado ou doado a terceiros se não for retirado por seu dono no prazo de três dias mediante o pagamento da taxa respectiva.

§ 2º - Os proprietários de cães registrados serão notificados devendo retirá-los em idêntico prazo por seu dono sendo que serão os animais igualmente sacrificados.

§ 3º - Quando se tratar de animal de raça, poderá a Prefeitura, a seu critério, exigir de conformidade com o que estipula o parágrafo único do Art. 46 deste código.

Art. 48 - Haverá na Prefeitura o registro de cães que será feito anualmente, mediante ao pagamento da taxa respectiva.



§ 1º - Aos proprietários de cães registrados a Prefeitura fornecerá uma placa de identificação a ser colocada na coleira de animal.

§ 2º - Para registro de cães é obrigatória a apresentação do comprovante de vacinação anti-rábica que poderá ser feita às expensas da Prefeitura.

Art. 49 - O cão registrado poderá andar solto na via pública desde que em companhia do seu dono, respondendo estes pelas perdas e danos que o animal possa causar a terceiros.

Art. 50 - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 51 - Todo o proprietário de terreno, cultivado ou não dentro dos limites do Município, é obrigatório a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade, desde que estejam causando danos à vizinhança.

Art. 52 - É expressamente proibido fazer criatório de suínos no perímetro urbano deste Município.

Parágrafo Único - é proibido a criação de bovinos, galinhas, eqüinos e outros animais domésticos e selvagens.

#### *SEÇÃO V*

#### *DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO*

Art. 53 - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e de depósitos de areia e de saibro, depende da licença da Prefeitura, precedida da manifestação dos órgãos públicos estaduais e federais competentes.

Art. 54 - As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Parágrafo Único - Será interditada a pedreira ou parte da pedreira que embora licenciada pela Prefeitura demonstre posteriormente que sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou a propriedade de qualquer natureza tanto para pessoas como meio ambiente.

Art. 55 - A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita as seguintes condições:

I - intervalo mínimo de trinta minutos para cada explosão;

II - içamento antes da explosão, de bandeira a altura conveniente para ser vista a distância;

III - toque por três vezes, com um intervalo de dois minutos de uma sineta e o aviso de brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 56 - É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I - a jusante do local em que recebem contribuição de esgotos;

II - quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III - quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma de estagnação;

IV - quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens sobre os leitos dos rios.

#### *CAPÍTULO IV*

#### *DA HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA*

Art. 57 - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e a limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, alimentação, incluindo todos os

estabelecimentos onde se fabriquem ou vendem bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, coqueiras e pocilgas.

Art. 58 - Em cada inspeção que for verificada irregularidade apresentará o funcionário competente em relatório circunstanciado, exigindo medidas para as devidas providências a bem da higiene pública.

Parágrafo Único - A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do Governo Municipal, ou enviará cópias do relatório às autoridades Federais e Estaduais competentes quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

Art. 59 - Os proprietários de residências deste Município, loteamento urbano serão obrigados a construir banheiros higiênicos com vasos, chuveiros e lavatórios, sendo os dejetos cloacais alojados em fossas negras ou similares e as águas usadas de banheiros ou pias de cozinha também canalizados por fossas especiais.

Parágrafo Único - Não será permitida a construção de latrinas no perímetro urbano.

Art. 60 - Nos lugares onde não tem serviços de recolhimento de lixo estes tem que ser incinerados.

Art. 61 - Nos estabelecimentos comerciais (bares, hotéis, paradas de ônibus, etc.) ou de concessão pública (rodoviária, aeroporto, etc) os banheiros de uso público deverão que estejam sempre limpos e desinfetados.

#### *CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENAS*


Art. 62 - A infração de qualquer dispositivo da presente Lei ensejará sem prejuízo das medidas de natureza civil e criminal cabíveis "NOTIFICAÇÃO AO INFRATOR", para regularização da situação no prazo que lhe for determinado.

Art. 63 - O decurso do prazo da notificação sem que tenha sido regularizada a situação que lhe der causa ou a resistência do infrator as "MULTAS" variáveis de 100 UFIR A 1.000 UFIR por dia de prosseguimento da irregularidade. Persistindo a infração será caçado o alvará.

#### *CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS*

Art. 64 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, em 19 de agosto de 1993.

  
DEMIR PERIN  
PREFEITO MUNICIPAL